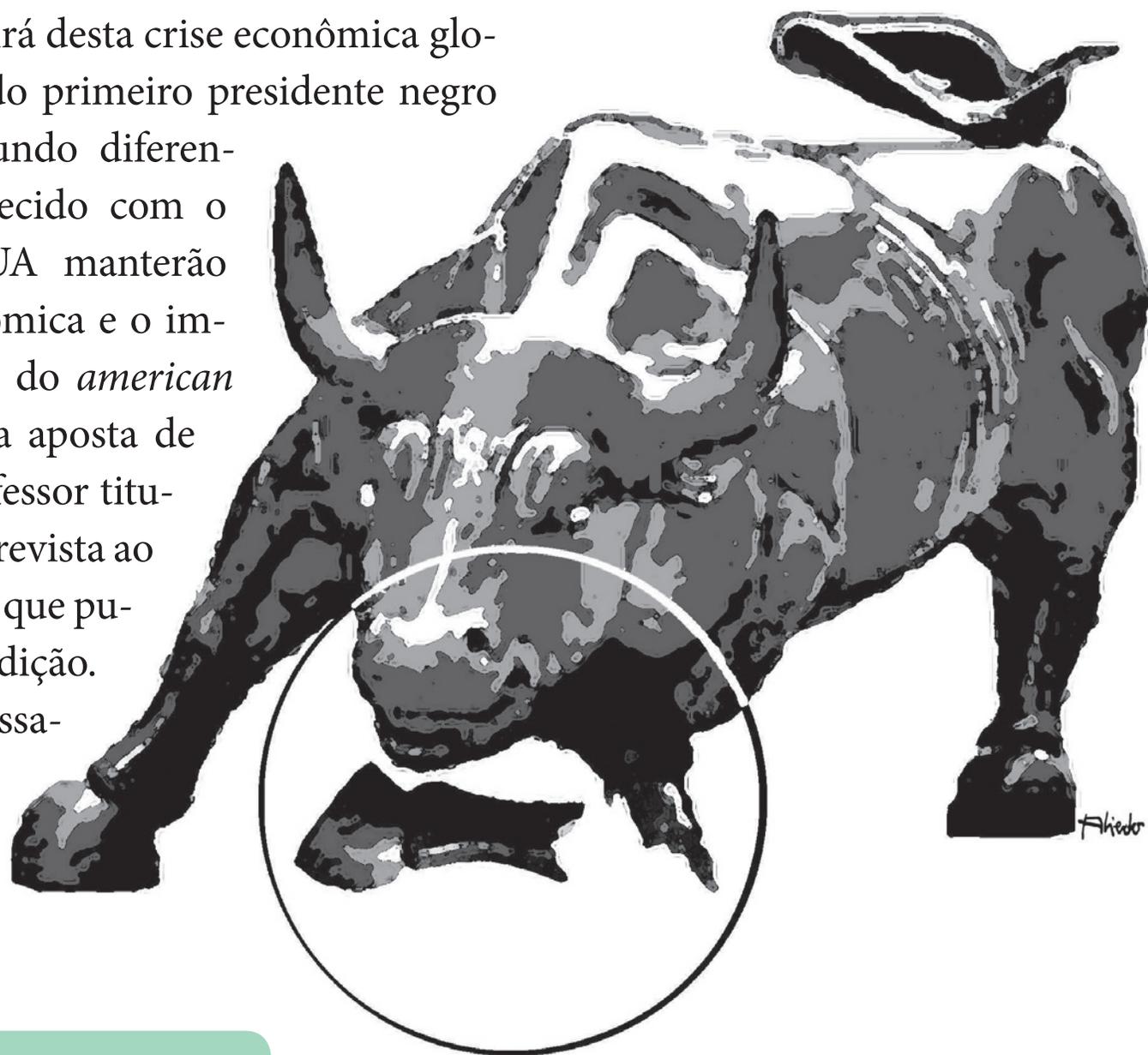


Obama, o Mundo e a Crise

Que mundo emergirá desta crise econômica global e da ascensão do primeiro presidente negro nos EUA? Um mundo diferente, mas muito parecido com o atual, onde os EUA manterão a hegemonia econômica e o imperativo ideológico do *american way of life*. Esta é a aposta de José Luis Fiori, professor titular da UFRJ, em entrevista ao *JE*, e de Emir Sader, que publica artigo nesta edição. E na Palestina, o massacre continua, prevê Milton Temer.



A gestão financeira do governo Cesar Maia em debate

editorial

A crise e a hegemonia americana

■ A atual crise global tem o seu epicentro nos Estados Unidos da América. A crise de natureza financeira que derrete mercados – para lembrar as palavras do diretor-geral do FMI – e abre profundas incertezas na economia mundial.

Contudo, ela se desenvolve em meio a outras crises de natureza diversa – como a energética, a ambiental, a da água ou a do Oriente Médio. São crises que se interligam e ampliam a dimensão dos problemas e das soluções que devem ser encontradas.

Em que medida os EUA – que agora se pretendem renovar, com Obama – poderão responder a esses desafios?

O JE de fevereiro dedica parte de sua edição para levantar algumas questões relacionadas ao futuro que se abre para o mundo, em meio à crise que para muitos apenas se inicia, e promete ser longa e penosa. Artigos do cientista político Emir Sader e do jornalista e ex-deputado federal Milton Temer, e uma entrevista com José Luis Fiori, abordam assuntos diversos relacionados à crise, à hegemonia americana, às possíveis alternativas que podem se colocar na geopolítica mundial, às experiências e limitações acumuladas pelo Fórum Social Mundial, e às profundas dificuldades que se sobrepõem no Oriente Médio, no contexto do drama palestino que o horror de Gaza amplifica.

São referências do mundo da política, em relação às quais as soluções de natureza econômica, que se discutem como instrumentos de superação da atual crise, deverão levar em conta.

Damos seqüência nesta edição à publicação das respostas às perguntas encaminhadas aos prefeitos dos principais municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, sobre questões relacionadas às políticas de educação e de saúde. O prefeito de Nova Iguaçu nos fala, dando seguimento às respostas já publicadas, com os prefeitos de Caxias e S.Gonçalo.

Infelizmente, apesar de todos os nossos esforços, não obtivemos retorno do prefeito do Rio, Eduardo Paes.

Apresentamos, também, um artigo do ex-Controlador Geral do Município do Rio de Janeiro, Lino Martins da Silva, à época da gestão do Prefeito César Maia, refutando os termos de uma matéria publicada anteriormente pelo JE, a respeito da situação da dívida pública do município do Rio, bem como uma resposta da autora da mesma, a economista Mírele Malaguti.

São artigos diversos, que nos ajudam a tentar compreender aspectos de um mundo cada vez mais multifacetado, e ao mesmo tempo crescentemente interdependente. 

SUMÁRIO

3 Emir Sader
FSM, Obama, crise global

5 Milton Temer
Obama e a Palestina: mudar tudo para não mudar nada



7 Entrevista - José Luis Fiori
"A crise enfraquecerá países que estavam ascendendo nas duas últimas décadas e desafiando de alguma forma a ordem internacional estabelecida"

10 Nova Iguaçu
Ações dos novos prefeitos nas áreas de educação elementar e saúde

11 Polêmica
A gestão financeira do governo Cesar Maia em debate

15 Fórum Popular do Orçamento
Educai as crianças, para que não seja necessário punir os adultos

16 Conselho Federal eleva idade para concessão de Registro Remido
Agenda de Cursos

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Pascotto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Paulo Sergio Souto • **Vice-presidente:** Sidney Pascotto da Rocha • **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos,

Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antonio Pinho Bruno – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

FSM, Obama, crise global

■ Emir Sader*

Em que a crise recessiva mundial, a eleição de Obama e o Fórum Social Mundial alteram o quadro de crise hegemônica internacional?

Crise hegemônica

O período histórico atual está marcado pela passagem de um mundo bipolar a um mundo unipolar e pela passagem de um modelo hegemônico regulador ao modelo neoliberal. O esgotamento do modelo neoliberal, depois das sucessivas crises da década passada, que desembocaram finalmente na atual, esta no centro do sistema, associada às dificuldades dos EUA resolverem duas guerras simultâneas – Iraque e Afeganistão – introduziram o tema da crise da hegemonia norte-americana.

O fim do mundo bipolar permitiu aos EUA imporem sua hegemonia imperial sem maiores questionamentos. Desaparecia a única outra superpotência, enquanto os outros competidores econômicos – Alemanha e Japão -, além de não possuírem requisitos essenciais para disputar-lhes hegemonia – como poderio bélico, capacidade de iniciativa política – haviam ainda passado por prolongadas recessões econômicas.

A partir da crise econômica de 2000 nos EUA e das complicações das guerras no Iraque e no Afeganistão, além da

ascensão da China, passou-se a tematizar a questão da crise hegemônica dos EUA. Até a entrada no período histórico atual, em que havia uma alternativa que pretendia se situar em um campo anti-capitalista, essa crise apontava para uma alteração de natureza na substituição da hegemonia dos EUA, protagonizada pelo bloco liderado pela URSS. A partir do fim deste, a busca de solução de recâmbio passou a situar-se no marco da economia de mercado – de que a busca de Arrighi é significativa, passando do Japão à Coreia do Sul e aos tigres asiáticos, para recair, finalmente, na China. (Ver: Adam Smith em Beijing, Boitempo Editorial), ainda que ele redefina o

sentido de economia de mercado no seu último livro.

Giovanni Arrighi fala de "dominação sem hegemonia", apontando para que o predomínio dos EUA se assentaria mais nos mecanismos de força do que de consenso. As análises sobre a hegemonia norte-americana se assentam centralmente na economia, como sua base material, sem levar em conta, no entanto, o nível em que ela é mais forte e que explica sua expansão – e não retraimento – mesmo no momento de declínio econômico dos EUA: a esfera ideológica, isto é, o chamado "modo de vida americano". Essas análises identificam e restringem hegemonia à capacidade de imposição do projeto político norte-americano, des-

prezando o plano ideológico, o plano privilegiado do consenso.

Se economicamente há um claro declínio da predominância norte-americana, se fica claro que a superioridade militar não é suficiente para que a dominação norte-americana se traduza em vitórias políticas, pode-se apontar para um mundo multipolar, sem uma nova hegemonia unipolar nas próximas décadas. Porém, nenhum sistema de valores disputa hegemonia com o "modo de vida norte-americano". Basta constatar que a China, que nunca havia sido influenciada por potências externas, agora inquestionavelmente importa um estilo de consumo norte-americano. Por outro lado, os jovens



pobres da periferia das grandes metrópoles ambicionam o consumo das mercadorias das grandes marcas norte-americanas. Ambos são casos típicos do conceito de hegemonia no sentido gramsciano da palavra.

Nessas condições, a perda de força política e econômica dos EUA encontra um dique para seu declínio como potência hegemônica na força ideológica, que não encontra nenhuma proposta alternativa que concorra com ela – nem o islamismo, nem o evangelismo ou outra proposta qualquer.

Há uma crise hegemônica, na medida em que a passagem do capitalismo à sua fase neoliberal significou o deslocamento do eixo do processo de acumulação da esfera produtiva à financeira, anunciando seu esgotamento. No entanto, não surge no horizonte ainda nenhum modelo de acumulação alternativo, o chinês representando uma readequação do norte-americano.

Ao mesmo tempo, o enfraquecimento do poder unipolar dos EUA não vê o surgimento de outra força com poder hegemônico ou um bloco de forças que pudesse assumir essa função. O que se prenuncia assim é um período mais ou menos longo de turbulência e instabilidade, tanto no plano econômico, quanto no da ordem política mundial.

A crise

A crise recessiva internacional tornou-se rapidamente o cenário mais abrangente para tudo – do governo Obama à sucessão presidencial no Brasil, do Fórum de Davos ao de Belém. Conforme sua profundidade e sua duração não estão ainda claramente definidas, as especulações variam amplamente sobre seus efeitos na eco-

nomia e nos conflitos hegemônicos em escala mundial.

A natureza da crise está clara. Nascida no setor financeiro norte-americano, se tornou logo uma crise recessiva mundial. O ciclo curto anterior da economia estadunidense terminou em 2000, mas desta vez a crise tem outra dimensão. O ciclo longo neoliberal promoveu a hegemonia do capital financeiro, que terminou tornando-se o estopim da crise de esgotamento do modelo.

A primeira consequência é acelerar a diminuição relativa de peso da economia dos EUA em escala mundial, embora não seja deslocada da sua situação de economia mais forte do mundo. Processos de integração regional, como os que se desenvolvem na América Latina – Mercosul, Alba, Unasul – contribuem para isso, paralelamente ao crescimento da economia chinesa.

Como a eleição de Obama atua sobre esse quadro? A herança que ele recebe é muito pesada, não apenas pela situação complicada no Iraque, no Afeganistão e na Palestina, mas também a profunda e prolongada recessão, com um aumento exponencial da dívida pública, pelos maciços auxílios ao sistema bancário e a outras empresas privadas.

A mudança no estilo, tanto do discurso, quanto da ação, podem resgatar em parte a imagem dos EUA, mas mesmo a decisão de saída do Iraque e de Guantanamo não se apresenta fácil, nem tem prazos para efetuar-se. A de concentrar a ação bélica no Afeganistão tampouco prevê que possam mudar a situação militar e política comprometida.

A crise contribui para enfraquecer o poder unipolar norte-americano, diminui o peso relativo da economia estadunidense, mas não se prevê a superação do modelo neoliberal no momen-

to da superação da crise.

Não surgiram nem o modelo, nem as forças, com poder global, para promover um novo modelo.

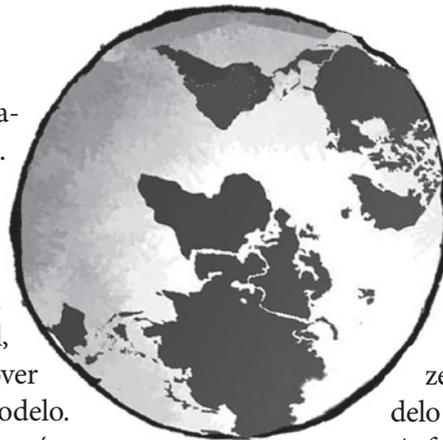
A resultante será provavelmente um modelo híbrido, que combine a centralidade do mercado complementada com formas de regulação.

○ FSM

Foi nesse marco que se realizou o Fórum Social Mundial de Belém. O último tinha se dado em Nairobi, há quatro anos. Nesse intervalo de tempo houve um Fórum Social das Américas, em outubro, na Guatemala. Dada a pouca transcendência do FSM realizado na África, este seria o reencontro do FSM com suas temáticas típicas, agora com um mundo muito mais conturbado do que há quatro anos.

Havia expectativa sobre as posições e as propostas do FSM em relação à crise, mesmo se o tema central definido era o da Amazônia e os correspondentes temas ecológicos. O FSM nasceu pregando o "outro mundo possível", no momento mais forte de hegemonia neoliberal. Quando a nova crise nasce no centro do capitalismo e se estende como uma crise global, quando surgiram vários governos, na América Latina, avançam na construção de modelos posneoliberais, se prolongam os epicentros de guerra imperial sem soluções.

A forma do FSM contribuiu para que, apesar de um surpreendente comparecimento de mais de 100 mil pessoas, tenha tido um resultado político decepcionante, não fosse pela presença de



cinco presidentes latinoamericanos. Esta deu o toque político, de alternativas concretas, com seus matices, à crise do modelo neoliberal.

A fragmentação das mesas, com 2.400 atividades, sem nenhuma prioridade, o esquema de auto-gestão – que faz com que quem tenha recursos possa programar as mesas que queira e convidar a quem queira –, a falta de consulta sobre a forma e os destinos do FSM aos participantes – tudo levou à frustração da possibilidade de que o FSM pudesse apresentar ao mundo suas propostas diante da crise, da guerra, entre outros temas fundamentais.

Felizmente o "outro mundo possível" não depende hoje do FSM. Avançam programas antineoliberais em vários governos latinoamericanos, os próprios processos de integração regional apontam nessa direção. A crise internacional acelera o esgotamento do modelo neoliberal. As dificuldades internas e externas do governo Obama dificultam uma retomada de iniciativa por parte do governo norteamericano.

Em grande parte a crise hegemônica vai encontrar solução entre a evolução dos processos de integração latinoamericana e a construção de alternativas antineoliberais aqui, assim como a continuidade do fortalecimento da China. Ou o FSM se recicla para ser contemporâneo desse mundo ou se tornará intranscendente. 

*Emir Sader é Secretário Executivo do Clacso (Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais). Seu último livro é "A nova toupeira – Os caminhos da esquerda latinoamericana", Boitempo Editorial.

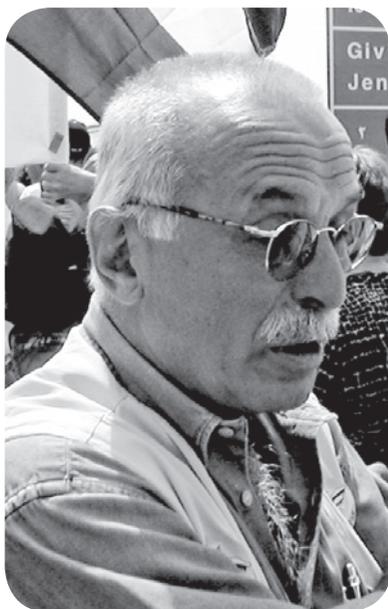
Obama e a Palestina: mudar tudo para não mudar nada

■ Milton Temer*

Não há nenhuma semelhança consciente com a criminoso administração George W. Bush. Pelo contrário. Mas que ninguém se iluda. Barak Hussein Obama pode até fazer movimentos menos bruscos, mas não vai alterar para mais de uma vírgula aqui, outra ali, o fundamentalismo consolidado da política norte-americana no apoio incondicional às decisões bélicas dos governos de Israel contra os palestinos.

E isso não depende de sua vontade pessoal. Na conjuntura internacional atual, por mais progressista que, individualmente, possa ser um presidente dos Estados Unidos, ele não convive com o establishment se contrariar o que é determinado pela parceria pentecostal-sionista no contexto político dos Estados Unidos. E isso ficou claro, já no discurso-compromisso do novo presidente, por ocasião da cerimônia de posse dos enviados especiais ao Oriente Médio e ao Afeganistão.

O que disse ele? Com a diferença de algumas horas, apurou no rumo oposto ao do insuspeito secretário-geral da ONU, Ban Ki Moon, que, a despeito de ser um abençoado por Bush, ficou horrorizado com o quadro de destruição em Gaza. Não hesitando, inclusive, em admitir a possibilidade de ver o Estado sionista submetido a uma corte internacional por



crimes contra a humanidade.

Pois bem, enquanto o sul-coreano denunciava Israel por seus “inaceitáveis ataques” contra a população civil, inclusive contra abrigos e uma escola infantil da própria ONU, Barack Obama só fez referências explícitas à necessidade de conter o “rearmamento” do Hamas. Sem, em nenhum momento, se reportar ao genocídio em Gaza.

Não explicou, por exemplo, porque seriam mais perigosos para a paz os minúsculos túneis na fronteira do Egito, por onde Gaza “importa” sua sobrevivência, do que os 325 containers, com carregamento recorde do mais moderno armamento proveniente dos Estados Unidos, a serem transportados para Israel entre janeiro e março, e descobertos pela mídia européia. A explicação para fato de tal relevância, divulgado pelo “Le Monde”, em 10 de janeiro, ficou por conta de um coronelzinho

de terceiro escalão no Departamento de Estado: “É apenas reposição do estoque americano em Israel” (!?). E alguém pode informar por e para quê existem estoques de armamento ianque em Israel?

O enviado especial, George Mitchel, é um experimentado negociador. Desempenhou papel importante na busca de um caminho pacífico para o problema da Irlanda do Norte. Mas não nos iludamos em transferir situações sem considerar as condições específicas de cada conflito.

Em Belfast, o próprio Sin Fein tinha interesse na busca de uma solução de convivência com os protestantes de Ian Paisley, beleguim do colonialismo britânico na região.

Não é o caso da Palestina.

As condições mínimas exigidas para a paz estável, e que têm sustentação legal em várias resoluções da Assembléia Geral das Nações Unidas, nunca foram minimamente consideradas pelos sucessivos governos de Israel. Não há solução, portanto, enquanto não houver a retirada das tropas de ocupação até as fronteiras de 1967; enquanto não houver garantia do direito de retorno aos árabes expulsos violentamente de suas terras; enquanto não houver a desmontagem dos assentamentos ilegais povoados por sionistas fanáticos desprezados pelo seu próprio povo, que pululam por toda a Cisjordânia; enquanto não se suspender o

bloqueio a Gaza, único território livre da Palestina.

E o que se vê com o governo Obama?

Mitchel fez um tour pelos vários governos – o de Israel, inclusive – mas esqueceu do fundamental: não discutiu com o Hamas, única representação legítima da população de Gaza; única resistência organizada efetiva contra a ininterrupta opressão sionista sobre seu povo.

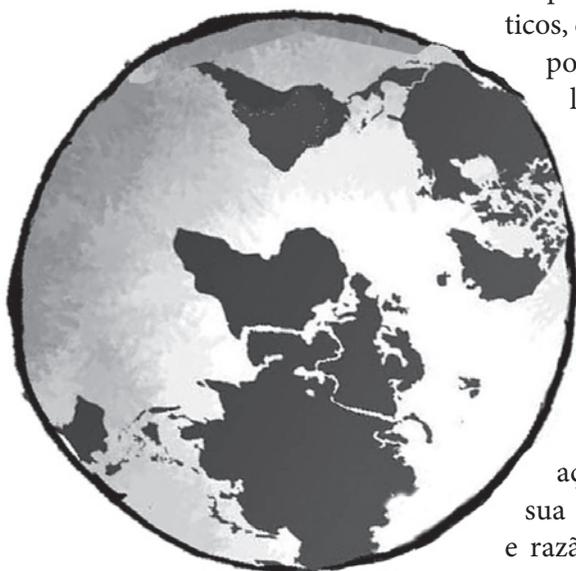
Ou seja, uma negociação tendo muito mais a ver com o fiel parceiro de Bush, Robert Gates, mantido na Secretaria da Defesa, do que com a imagem de esperança da campanha de Barak Obama.

Nesse quadro, não foi surpreendente a estréia da embaixadora na ONU, Susana Rice, no Conselho de Segurança. Fazendo jus ao sobrenome, impediu resolução que exigia investigação sobre as denúncias contra Israel, caindo no canto-chão de responsabilizar o Hamas, com seus foguetes-estilingues, pelos excessos do exército sionista em seus ataques genocidas sobre Gaza.

Se valer comparação, Sarkozy, chefe de um governo de conservador, que aproximou a França de Israel, mas vive sob um contexto de pressões sociais distinto, foi bem mais longe na busca de saídas políticas para a crise. Enquanto Mitchel, em sua primeira missão, se propunha a percorrer todos os países da região, mas sem sequer pisar em Gaza, o presi-

dente francês fazia esforços no sentido contrário. Movimentava-se para impor à União Européia negociações com o Hamas, sem tentar estabelecer o desacreditado Abbas e seu primeiro ministro Fayad – os citados por Obama no primeiro discurso sobre a crise – como interlocutores privilegiados.

Quanto aos interlocutores árabes, há também contradições a considerar. Principalmente entre os que, por longa data, vêm desempenhando papel de agentes dos interesses norte-americanos no Oriente Médio. Mubarak, do Egito; Hussein, da Jordânia e Abdulah (associado aos Bush em negócios de petróleo) da Arábia Saudita, para os quais não há restrições quanto aos regimes ditatoriais com que controlam seus países. Esses três têm, aliás, muito melhor convivência com os sionistas do que com a resistência palestina. Que querem ver debilitada, por conta do que po-



dem gerar de exemplo em seus próprios domínios.

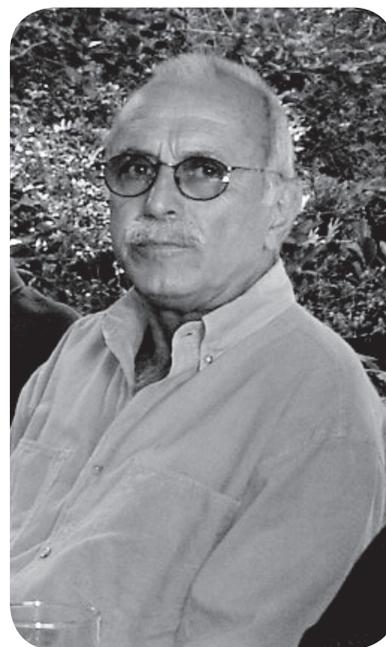
Reacionários ao extremo, são tão interessados quanto os falcões americanos na liquidação do Hamas. Não esqueçamos que, da mesma forma que

Israel ao norte, Mubarak também bloqueia a fronteira ao sul de Gaza. É de extrema conveniência para eles a destruição da criatura que geraram quando objetivavam eliminar os segmentos revolucionários, ou simplesmente laico-progressistas, da OLP. Apostaram no conservadorismo religioso, sem levar em conta que a religiosidade extremada não entrava em choque com um inconveniente sentimento nacionalista pela pátria Palestina.

Quanto aos palestinos do Fatah, liquidadas as lideranças consequentes da geração fundadora, o quadro não é menos complexo. Abbas, cujo mandato à frente da Autoridade Nacional Palestina já está vencido, continua prestigiado como interlocutor privilegiado. E é fácil explicar. Seu governo, na Cisjordânia, é uma reprodução do governo de Petain, na França submetida ao jugo nazista. Israel não cessa de implantar novos assentamentos povoados por sionistas fanáticos, cuja segurança é garantida

por postos de controle militar, por onde os palestinos se obrigam a revistas quando transitam entre aldeias vizinhas. Quadro humilhante, contra o qual pouca energia é mobilizada. Não por acaso Abbas foi amplamente derrotado nas urnas pelo Hamas, ameaça que se mantém sobre sua cabeça, na Cisjordânia, e razão pela qual protela, sem protesto da União Européia ou Estados Unidos, as eleições parlamentares que já deveriam ter se realizado.

Nesse contexto de humilhação não foi de se estranhar episódio recente. Em resposta à iniciativa do governo Chavez



de, no protesto contra o massacre em Gaza, expulsar o embaixador de Israel, em Caracas, o governo do corrupto Olmert retaliou. Expulsou o embaixador venezuelano em Tel-Aviv. Mas expulsou também o representante venezuelano na Cisjordânia! Ou seja, em território dito palestino, mostrando nos fatos o papel de ocupante que Israel exerce. Consentidamente.

Não são poucas, enfim, as falácias que cercam a questão palestina a partir do olhar cretino da chamada “civilização ocidental cristã”.

Falácia dos que, por desinformação ou vilania, tratam o conflito nos termos do confronto entre dois exércitos nacionais, ambas cometendo atos condenáveis que deveriam ser, preliminar e igualmente, eliminados.

Trata-se, aqui, de algo distinto. Trata-se, dura e simplesmente, da ocupação de uma Nação, militarmente frágil, por um dos Estados mais poderosos do mundo; por um Estado capacitado por armamento nuclear de imensidão desconhecida, que a nenhum país do chamado ocidente cristão ocorreu contestar.

Ocupação, como ocupação foi a da Alemanha sobre a França durante boa parte da II Guerra Mundial. Onde os maquisards – comunistas, judeus, ao lado dos liberais e patriotas que não se venderam ao invasor nazista – eram tratados como terroristas. Resistentes heróicos, como lembra Ury Avnery – intelectual judeu, residente em Israel – num artigo recente para o The Nation, que continuariam sendo tratados como terroristas, clandestinos, e assassinados, como as lideranças do Hamas, caso tivesse sido distinto o desdobramento final daquele conflito.

Falácia, portanto, dos que, por desinformação ou vilania, contrapõem uma suposta realidade democrática de Israel, exclusiva na região, à “barbárie do fundamentalismo islâmico” que só pensa em destruí-lo. Esquecendo, é claro, que fundamentalismo incontestável é o caráter religioso do Estado de Israel, parceiro e assessor das ditaduras latino-americanas dos anos 60 a 80 – como bem lembra Eduardo Galeano em seu artigo “Operação Chumbo Impune” –, para além de aliado do regime racista da África do Sul, mesmo em seus piores momentos.

Fundamentalismo que encontrou sustentação ideológica nos textos de Samuel Huntington, sobre a inevitabilidade da “guerra de civilizações”. O anti-islamismo substituindo o anti-comunismo da Guerra Fria. 

* Milton Temer é jornalista, presidente da Fundação Lauro Campos, do PSOL. Como deputado federal, esteve na Palestina pela Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional da Câmara dos Deputados, quando do cerco da sede da Autoridade Palestina, em missão de solidariedade a Yasser Arafat, e ficou ali confinado pelo exército de Israel.

“A crise enfraquecerá países que estavam ascendendo nas duas últimas décadas e desafiando de alguma forma a ordem internacional estabelecida”

Professor titular do Instituto de Economia (IE) da UFRJ, José Luis Fiori coordena o Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional e o Núcleo de Estudos Internacionais do IE. Recentemente publicou, em parceria com Carlos Medeiros e Franklin Serrano, o livro “O Mito do Colapso do Poder Americano”, no qual detalha algumas das ideias resumidas nesta entrevista.

P: As primeiras medidas da administração Obama para combater a crise econômica, somadas às iniciativas da administração Bush, serão suficientes para debelar a crise?

R: No meio desta confusão, acho que só existem três coisas que podem ser afirmadas com algum grau de certeza. A primeira é que, faça o que faça, o governo americano será absolutamente decisivo para a evolução da crise em todo mundo. A segunda é que neste momento todos os governos envolvidos estão fazendo a mesma aposta e adotando as mesmas estratégias monetárias e fiscais, e aprovando “pacotes” sucessivos (e até agora importantes) de ajuda à estabilização e reativação do sistema financeiro e de estímulo à produção e ao emprego, junto a um aumento generalizado – mas ainda disfarçado – das barreiras protecionistas. E todos os governos estão se propondo aumentar o rigor da regulação dos seus agentes e mercados financeiros. A terceira coisa que se pode afirmar com toda certeza é que ninguém, ab-

solutamente ninguém sabe se estas políticas darão certo.

P: Este novo consenso poderia ser considerado uma vitória do pensamento keynesiano, e uma retirada definitiva da ortodoxia monetarista e neoliberal?

R: Não creio. Nada do que está acontecendo tem a ver com qualquer tipo de vitória ou derrota teórica. Trata-se de uma reação emergencial e pragmática frente à ameaça de colapso do poder dos estados e dos bancos, e como consequência, dos sistemas de produção e emprego. Foi uma mudança de rumo inesperada e inevitável, que foi imposta pela força dos fatos, independente da ideologia econômica dos governantes que estão aplicando as novas políticas, e que na sua maioria ainda eram ortodoxos e liberais até anteontem. É como se estivéssemos assistindo a versão invertida da famosa frase da senhora Thatcher: “there is no alternative”. Só que agora, do meu ponto de vista, esta nova convergência aconteceu sem maiores discus-



sões teóricas ou ideológicas e sem nenhum entusiasmo político, ao contrário do que aconteceu com a “virada” liberal-conservadora dos anos 80/90, que atravessou todos os países e todos os planos da vida social e econômica. A ideologia econômica liberal não previu e não consegue explicar a crise que ela provocou, e como consequência

não tem nada para dizer nem propor neste momento. Por isso mesmo, as idéias ortodoxas e liberais saíram do primeiro plano, mas não morreram nem desapareceram; pelo contrário, permanecem atuantes em todas as frentes e trincheiras de resistência às políticas estatizantes que estão em curso. Uma resistência que tem crescido a cada

hora que passa, dentro e fora dos EUA, apesar de ainda não ter sido devidamente identificada e diagnosticada.

P: E os keynesianos?

R: Do meu ponto de vista, os keynesianos também não têm uma teoria capaz de dar conta da complexidade desta nova situação mundial, e por isto tampouco sabem o que vem pela frente, nem conseguem antecipar se as “políticas keynesianas” que estão em curso alcançarão os resultados propostos. Além disto, um grande número considera insuficientes os recursos que têm sido desembolsados, e criticam a forma em que vem sendo feita a limpeza dos ativos podres dos bancos, que em geral é considerada pouco ousada e pouco precisa, além de ser perversa ao premiar com recursos públicos o setor financeiro responsável pela crise.

O problema é que, na maioria das vezes, os keynesianos têm uma enorme dificuldade de tratar com os interesses e as lutas do mundo real. E compartilham com os liberais uma espécie de “erro inverso”: os liberais acreditam na possibilidade e na eficácia da eliminação do poder político e do estado do mundo dos mercados, enquanto os keynesianos acreditam na possibilidade e na eficácia da intervenção corretiva do estado no mundo econômico. Mas estão sempre imaginando um estado homogêneo e onisciente, capaz de formular políticas econômicas sábias, justas e eficazes, desde que não sejam “atrapalhadas” pelo mundo real. Ou seja, em última instância, ortodoxos e keynesianos compartilham a mesma dificuldade de entender e incluir, nos seus modelos, projeções e recomendações às contradições e às lutas políticas próprias do mundo econômico.

P: E o que você vê quando olha para esta crise através desta “janela” do poder?

R: A vôo de pássaro, é possível ver que esta crise envolve interesses e poderes nacionais e internacionais, econômicos e políticos, gigantescos e contraditórios. Por isto mesmo, não tem nenhuma solução técnica possível, e do meu ponto de vista tampouco tem nenhuma solução política à vista. Ainda assistiremos infinitas tentativas e erros, e uma luta contínua e prolongada em torno de cada uma destas iniciativas. Portanto, tudo indica que será uma crise longa e profunda que atuará como um “tsunami darwinista”, liquidando os mais fracos em todos os níveis. E o que é mais chocante é que esta mesma crise acabará provocando no final uma gigantesca transferência e centralização de riqueza e poder, sobretudo por se tratar de uma crise que apareceu como culminação de um longo período de 30 anos onde também ocorreu, por outro caminho, uma enorme concentração e centralização de poder e capital. Por fim, na hora da volta do sol poucos estarão na praia, e com certeza quem estará na frente serão os EUA.

Mas o que é mais surpreendente é que, apesar de a crise não ter sido provocada intencionalmente, ela também enfraquecerá países que estavam ascendendo nas duas últimas décadas e desafiando de alguma forma a ordem internacional estabelecida. É como se a crise recolocasse todos os “sublevados” no “seu devido lugar”, como costumam dizer os “donos do poder”, em todas as latitudes do mundo.

P: Mas você acha que tudo isto acontecerá sem que haja resistência?

R: Não, não acho. Haverá resistência e haverá desintegração social, mesmo que elas não assumam a forma de uma resistência consciente. E se a crise se prolongar por muito tempo, deverão se multiplicar as rebeliões e as guerras civis, sobretudo nas zonas de fratura do sistema mundial. E não é impossível que em algumas destas rebeliões se recoloquem objetivos socialistas. Mas com certeza não haverá uma mudança de “modo de produção” em escala mundial, nem tampouco uma “superação” hegeliana do sistema inter-estatal capitalista. Pelo contrário, do meu ponto de vista, nesta hora de “estreitamento de oportunidades” haverá uma fuga para frente e uma intensificação da corrida imperialista que já estava em curso nestes últimos 20 anos.

P: Sua visão não é excessivamente pessimista?

R: Não creio, creio que é apenas uma leitura capitalista do próprio capitalismo, com suas lutas de poder e suas contradições político-econômicas que atravessam e dão ritmo ao movimento cíclico e expansivo de acumulação e destruição periódica do próprio capital.

P: Agora bem, mudando um pouco de assunto, quais são as suas expectativas com relação à política externa dos Estados Unidos, sob a presidência de Obama?

R: Se só nos fixarmos nas pessoas e seus discursos, creio que não haveria muito que esperar de novo da política externa do governo Obama. As figuras centrais que estão no comando da política externa, como



no caso da política econômica, são conhecidos que já governaram durante os oito anos da administração Clinton, que promoveu cerca de 48 intervenções militares ao redor do mundo, ao contrário do que se imagina que foi a década de 90.

Por outro lado, os programas de campanha da senhora Hillary, como o do próprio Obama, foram explicitamente intervencionistas e comprometidos com a manutenção do poder global dos EUA. Porque não se pode esquecer que os EUA têm uma infra-estrutura global de poder militar pela qual devem zelar, seja qual for o seu governo: são os seus acordos militares com cerca de 130 países, suas 700 bases militares situadas ao redor de todo o mundo e finalmente seus mais de meio milhão de soldados servindo ou lutando fora do território americano. Os EUA devem enfrentar dificuldades e contradições crescentes para administrar este poder global, mas não há a menor possibilidade de os americanos recuarem ou abandonarem estas posições de poder por sua própria conta, com ou sem Barack Obama.

P: Mas então não se deve esperar nenhum avanço em relação à era Bush? E de onde poderiam vir?

R: Com certeza haverá mudanças, e o mais provável é que elas vão crescendo com o tempo e pragmaticamente. Mas neste ponto é necessário ter em conta que os reveses do período Bush aumentaram as divisões internas e criaram uma verdadeira fratura exposta e permanente dentro da sociedade e da elite norte-americana. Deste ponto de vista, **a eleição e o próprio governo Obama podem e devem ser considerados como um momento importante, mas absolutamente inicial ou incipiente de um longo processo de realinhamento interno de forças e interesses dentro do establishment norte-americano, como ocorreu no início dos anos 50, e na década de 70, depois das Guerras da Coreia e do Vietnã. São momentos em que se formam novas coalizões de poder e podem se definir novas estratégias internacionais.**

De qualquer maneira, não há dúvida que, frente a um quadro de tamanha complexidade, foi um grande passo à frente o afastamento do fanatismo religioso do comando da política externa americana, e sua substituição por um projeto de experimentação progressivo e realista de soluções negociadas, sempre que possível, com as várias potências envolvidas em cada um destes conflitos mais quentes, que deverão ir sendo administrados mesmo sem ter uma solução definitiva.

P: Esta crise atual pode representar o fim da era norte-americana e a inauguração de um novo ciclo hegemônico?

R: Eu não leio a história do sistema mundial como uma sucessão de ciclos hegemônicos, uma

espécie de ciclos biológicos dos estados que nascem, crescem, dominam o mundo, e depois decaem e são substituídos por um novo estado que percorreria o mesmo ciclo anterior até chegar à sua própria hora da decadência. A melhor analogia para pensar o sistema mundial é como um “universo em expansão” contínua, onde todos os estados que lutam pelo “poder global” – em particular, a potência líder ou hegemônica – constituem um núcleo inseparável, complementar e competitivo, em permanente estado de preparação para a guerra. Por isto, são estados que estão sempre criando, ao mesmo tempo, ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra. E as potências que uma vez ocupam a posição de liderança não desaparecem nem são derrotadas por seu “sucessor”. Elas permanecem e tendem a se fundir com as forças ascendentes criando blocos cada vez mais poderosos de poder, como aconteceu, por exemplo, no caso da Holanda, Grã Bretanha e Estados Unidos, que na verdade foram alargando sucessivamente as fronteiras do poder anglo-saxônico. Além disto, neste sistema inter-estatal capitalista em que vivemos, crises econômicas e guerras não são, necessariamente, um anúncio do “fim” ou do “colapso” dos estados e das economias envolvidas. Pelo contrário, na maioria das vezes fazem parte de um mecanismo essencial da acumulação do poder e da riqueza dos estados envolvidos dentro do sistema inter-estatal capitalista. As crises e guerras que estão em curso neste início do século XXI ainda fazem parte de uma transformação estrutural, de longo prazo, que começou na década de 1970 e que aponta, neste momento, para um au-

mento da “pressão competitiva” mundial e para uma nova “explosão expansiva” do sistema mundial - como a que ocorreu nos longos séculos XVI e XIX – que contará com um papel decisivo do poder americano.

P: Mas não foi exatamente na década de 70 que se começou a falar em “crise da hegemonia americana”?

R: Exatamente, foi na década de 70 que se começou a falar da crise da hegemonia do poder americano, e do início do fim da “era americana”. E no entanto, a resposta que os EUA deram à sua própria crise teve um papel decisivo na transformação de longo prazo da economia e da política mundial. Basta dizer que foram estas mudanças lideradas pelos EUA que trouxeram de volta ao sistema mundial, depois de 1991, as duas velhas potências do século XIX, a Alemanha e a Rússia, além de trazer para dentro do sistema a China, a Índia, e quase todos os principais concorrentes dos Estados Unidos deste início de século. A crise de liderança dos Estados Unidos, depois de 2003, serviu apenas para dar uma maior visibilidade a este processo que já estava em curso, com novas e velhas potências regionais atuando de forma cada vez mais “desembaraçada” na defesa dos seus interesses nacionais e na reivindicação de suas “zonas de influência”.

P: Você acha que a atual crise econômica afetará a centralidade do dólar como moeda de referência internacional?

R: Não creio que o papel internacional do dólar seja afetado ou alterado como consequência desta crise. Basta você olhar para a chamada “fuga para o dólar” que se acelerou depois de setembro de 2008, co-

mo resposta à crise financeira americana. Este processo fica ininteligível enquanto não se entenda o funcionamento do sistema monetário internacional que meu colega Franklin Serrano apelidou, já faz alguns anos, de sistema “dólar-flexível”.

Desde a década de 1970, os EUA se transformaram no “mercado financeiro do mundo”, e o seu Banco Central (FED), passou a emitir uma moeda nacional de circulação internacional, sem base metálica, administrada através das taxas de juros do próprio FED, e dos títulos emitidos pelo Tesouro americano, que atuam em todo mundo, como lastro do sistema “dólar-flexível”. Por isto, quase totalidade dos passivos externos americanos é denominada em dólares e praticamente todas as importações de bens e serviços dos EUA são pagas exclusivamente em dólar, configurando um caso único em que um país devedor determina a taxa de juros de sua própria “dívida externa”. Uma mágica poderosa e uma circularidade imbatível, porque se sustenta no poder político e econômico norte-americano. Agora mesmo, por exemplo: para enfrentar a crise, o Tesouro americano emitirá novos títulos, mas estes títulos serão comprados pelos governos e investidores de todo mundo, porque seguem sendo uma aplicação segura para todo o mundo e inclusive a China, como diz o influente economista Yuan Gangming, ao garantir que “é bom para a China investir muito nos EUA; porque não há muitas outras opções para suas reservas internacionais de

quase US\$ 2 trilhões, e as economias da China e dos EUA são interdependentes”.

P: Depois da polarização EUA/URSS e da dominação isolada dos EUA, o que vem agora? A China poderá ocupar o vácuo de poder deixado por um EUA economicamente debilitado?

R: Apesar da violência desta crise financeira, e dos seus efeitos em cadeia sobre a economia mundial, não deverá haver uma “sucessão chinesa”

na liderança política e militar do sistema mundial. Pelo contrário, do ponto de vista estritamente econômico, o mais provável é que ocorra um aprofundamento da fusão financeira em curso desde a década de 90, entre a China e os Estados Unidos. Assim mesmo, do ponto de vista geopolítico, eu acho que o que assistiremos nas próximas décadas será uma competição intensa dentro de um “núcleo central” do sistema mundial, constituído

pelos Estados Unidos, a China, e a Rússia – a Rússia, graças à suas reservas energéticas, ao seu arsenal atômico, e ao tamanho das suas perdas territoriais e populacionais depois de 1991. Se for assim, se estará constituindo um novo “núcleo central” do sistema mundial composto por três “estados continentais”, que detém isoladamente um quarto da superfície da terra, e mais de um terço da população mundial. Nesta nova “geopolítica das nações”,

a União Europeia terá um papel secundário, ao lado dos Estados Unidos, enquanto não dispuser de um poder unificado, com capacidade de iniciativa estratégica autônoma. E a Índia, Irã, Brasil e África do Sul deverão aumentar o seu poder regional, em escalas diferentes, mas não serão poderes globais, ainda por muito tempo. Mas é muito difícil de prever os caminhos do futuro, depois da era imperialista em que estamos submersos. 

Nova Iguaçu

Ações dos novos prefeitos nas áreas de educação elementar e saúde

Dando continuidade à série de entrevistas com os prefeitos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro, o *JE* publica as respostas do Prefeito de Nova Iguaçu Lindberg Farias, empossado no início do ano após vitoriosa campanha de reeleição.

Na edição de janeiro, o jornal apresentou as visões dos prefeitos de Duque de Caxias e São Gonçalo. O Prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes não respondeu às perguntas, apesar dos insistentes apelos do *JE* junto à sua assessoria de imprensa.

P: É patente a degradação da qualidade do ensino no país. Como o senhor pretende enfrentar esta questão no âmbito de suas responsabilidades, o segmento correspondente ao chamado Ensino Fundamental?

R: As escolas municipais de Nova Iguaçu melhoraram muito, segundo mostra os últimos resultados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), em 2008. Tivemos escolas que chegaram a atingir 5,3, índice previsto só para 2011. Fi-

camos na frente de todas as outras cidades da Baixada, atrás apenas de Paracambi, município também administrado pelo PT. Tivemos o orgulho de receber quatro prêmios pelo Bairro-Escola, programa de horário integral que criamos, estabelecendo parcerias de moradores e empresas nos bairros. Ele está implantado em 48 das 102 escolas municipais e nossa meta é ampliar esse trabalho premiado com a universalização do Bairro-Escola. Pretendemos chegar aos 100% em 2009.

Além disso, criamos melhores condições para o funcionamento das escolas e o aprendizado das crianças. Garantimos uniformes e tênis aos nossos alunos, instalamos cozinhas nas escolas, melhoramos a qualidade da merenda, incorporamos o abono ao salário dos professores e aumentamos as vagas, ano a ano. Também estamos trazendo todas as crianças para a rede municipal. No início do nosso primeiro mandato, encontramos bolsas de estudos para cobrir o déficit de 2.180 mil vagas. Nós viemos absorvendo esse exce-



dente até chegar, em 2008, a apenas 400. Agora, estamos dando um salto de 20% no acréscimo de vagas, abrindo mais 12 mil, o que vai nos deixar com sobra.

P: Como o senhor pretende enfrentar a demanda por concursos públicos para os diversos cargos pertinentes à área de saúde, buscando o fortalecimento da profissionalização adequada dos serviços médicos e de saúde?

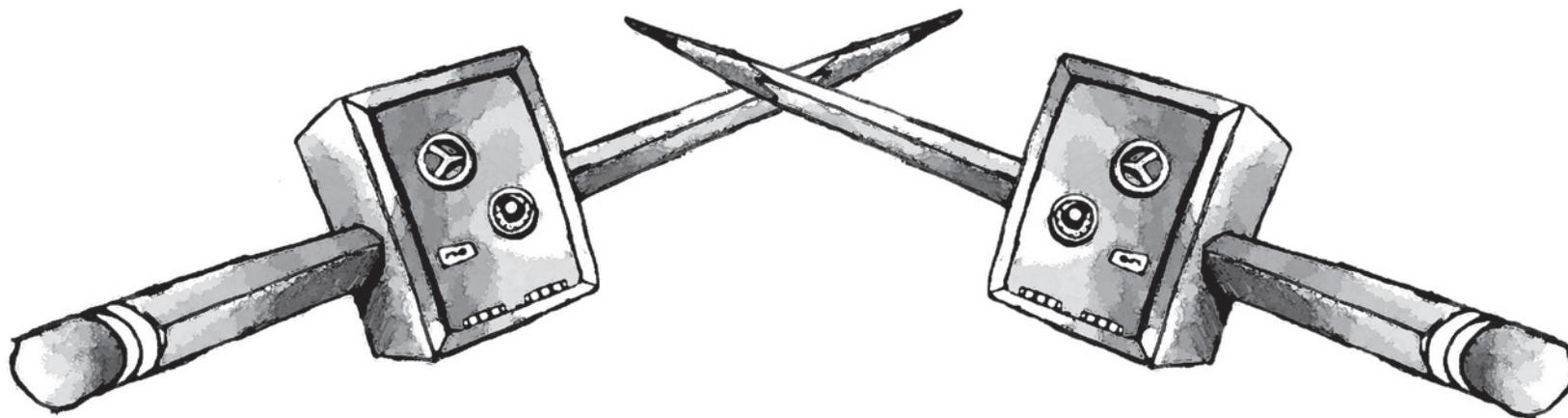
R: Já realizamos um concurso para preencher 642 cargos nas áreas médica, administrativa e de diagnóstico. O concurso, ainda vigente, foi feito em março de 2007, e além de todas

as vagas terem sido preenchidas com os primeiros colocados, chamamos mais 347 dos profissionais aprovados, por ordem de classificação, para atender as necessidades que foram surgindo. Caso seja necessário, outros poderão ainda ser chamados e integrados à rede municipal.

Além desse, fizemos também um concurso para selecionar 1.373 agentes comunitários de saúde, para atenderem no Programa de Saúde da Família (PSF). Além de preencher as vagas que existiam, o concurso formou o cadastro para garantir a incorporação automática de novas equipes à rede municipal, à medida que o programa vá sendo estendido a outros locais. Estamos ampliando postos para o atendimento do PSF e criando novos, em todo o município. Na nossa forma de ver, é a melhor maneira de cuidar da saúde da população. Casa a casa, com atendimento domiciliar por equipes que ajudam a prevenir doenças, dão suporte doméstico ao tratamento e encaminham os doentes para atendimento especializado. 

A gestão financeira do governo Cesar Maia em debate

Lino Martins da Silva, ex-Controlador Geral do Município do Rio de Janeiro na administração do ex-Prefeito Cesar Maia, enviou carta ao *Jornal dos Economistas*, contestando o teor de artigo “Vendendo lebre por gato: o caso da dívida ativa do município”, publicado aqui na edição de junho de 2008. O artigo foi escrito pela economista Mirelli Malaguti, consultora do Fórum Popular do Orçamento. Em prol do importante debate sobre a gestão financeira do Rio de Janeiro, sobretudo no tocante à dívida ativa, publicamos na íntegra a carta do ex-Controlador Lino, assim como a resposta de Mirelli.



Carta do ex-Controlador Lino Martins da Silva

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2008.

Senhora Coordenadora,

Em artigo publicado no *Jornal dos Economistas* de junho de 2008, cujo título era “Vendendo lebre por gato: o caso da dívida ativa do município”, o Fórum Popular do Orçamento fez algumas breves análises sobre a gestão financeira da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Algumas conclusões apontadas no artigo não consideram, entretanto, determinados fatos que deveriam ser de conhecimento daqueles que acompanham o orçamento e gestão financeira da Prefeitura, mas em suposições da autora do artigo. Tal fato torna o artigo, que poderia ser esclarecedor, tendencioso.

O artigo inicia afirmando que os indicadores apresentados nos relatórios da lei de Responsabilidade Fiscal não refletiriam a realidade da situação da Prefeitura. Entretanto, a autora cita como dados significativos para esta conclusão algumas informações inconsistentes como:

a) o artigo informa sobre uma suposta estagnação na receita tributária municipal, entretanto a arrecadação tributária da Prefeitura

tem crescido em patamar superior ao IPCA-E, índice utilizado para corrigir os tributos municipais;

b) o artigo cita o crescimento da dívida consolidada total, no entanto não considera que houve queda na dívida consolidada líquida e nem que houve redução em sua participação sobre a receita corrente líquida;

c) o artigo informa que os gastos com serviços da dívida estão no limite estabelecido pela LRF. Porém, os gastos com amortização e juros da dívida estão em 9,87% da RCL, enquanto a Resolução do Senado estabelece 11% como máximo. Lembro ainda que este indicador caiu em relação ao número anterior.

Outro aspecto a ser considerado em relação aos indicadores comentados no artigo é que estes são estabelecidos pela LRF ou pelo Senado Federal.

Ao tratar da dívida ativa, o artigo questiona por que a Prefeitura não realiza provisão para seu não recebimento. Neste caso, por tratar de dívida ativa tributária não é cabível o estabelecimento deste tipo de provisão. Entretanto, seria possível redução ao seu “valor recuperável” (impairment). Sobre o assunto, devo esclarecer a V. Sa. que não cabe provisão para devedores duvidosos no caso da dívida ativa de impostos, inclusive a própria STN na última Portaria

que trata do assunto abandonou a referência a devedor duvidoso.

O artigo supõe que a Prefeitura não realiza a provisão para que o ativo fique sobrevalorizado, o que, segundo a autora, contribuiria para a contratação de empréstimos. Todavia, é de conhecimento geral que os agentes financiadores analisam a capacidade de pagamento do captador de recursos, considerando a dívida ativa no Ativo Não Financeiro da Prefeitura.

Outra suposição do artigo é que a dívida ativa seria superavaliada a fim de demonstrar uma “suficiência de caixa positiva” (sic). Porém, o valor da dívida ativa em nada influencia o cálculo da suficiência de caixa, vez que este considera apenas o Ativo Financeiro.

Por fim, cabe destacar que a análise sobre a operação feita no artigo peca, entre outros aspectos, por considerar a possível alienação

dos valores registrados na dívida ativa (estoque), quando de fato a operação consistiria em dispor do fluxo financeiro da dívida ativa em operação de securitização, como aprovado pelo Senado Federal e já efetuado em diversos outros países.

O artigo, em que pese o esforço no exercício de análise, indica uma séria deficiência quando comparado com o referencial teórico da matéria tratada. Desta forma, nos preocupa o fato de ter sido publicado em um jornal técnico, dirigido a uma categoria tão importante de profissionais.

Atenciosamente,

Lino Martins da Silva
Controlador Geral do Município

Resposta da economista Mirelli Malaguti

Na edição de junho do *JE*, chamei atenção sobre a promessa do ex-Prefeito César Maia de “deixar” para seu sucessor R\$ 1,5 bilhões em caixa. Especulei sobre como poderia ser construído esse “saldo” com a “venda sorrateira” da Dívida Ativa (DA) a bancos privados.

No artigo procurei demonstrar que a situação financeira da Prefeitura não é tão confortável quanto o Sr. Cesar Maia, utilizando-se de indicadores duvidosos, tenta fazer crer os cidadãos. Também tentei demonstrar que a venda/cessão da DA, apesar de – no curtíssimo prazo – poder gerar recursos para a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ), poderia implicar uma enorme perda a médio e longo prazos.

O ex-Controlador Geral do Município, o Prof. Lino Martins, em seu direito legítimo de discordar de minha exposição, escreveu para a Coordenação do FPO criticando o artigo que, segundo ele, possui caráter tendencioso e apresenta insuficiências teóricas. Considerando que o debate aberto de idéias é elemento fundamental da democracia, sinto-me na obrigação de responder às duas acusações do ex-Controlador, ainda

que a segunda, a dita insuficiência teórica, seja tão somente, uma tentativa de desqualificação – um velho recurso, muito utilizado por tecnocratas, pouco afetos ao debate de ideias.

No que diz respeito à tendenciosidade, sou levada a crer, visto que o ex-Controlador não aponta o que seria isso, que a expressão “tendencioso” foi utilizada para designar alguém que assume uma tendência ou posição. Se for isso mesmo, sou obrigada a concordar, pois realmente tenho uma posição. Qual seja: considerando a gestão econômico-financeira passada da PCRJ, a cessão de direitos de fluxos, serviços ou estoque de créditos tributários representa opção equivocada, pois implicaria perda de recursos a PCRJ. Por isso defendo uma gestão mais eficaz de cobrança com seu corpo técnico, utilizando-se, caso necessário, os recursos do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município (FOE/PGM).

Por outro lado, afirmo que fui contra a tendenciosidade do ex-gestor carioca, em querer realizar uma opção potencialmente lesiva aos interesses públicos, sem a devida clareza e transparência, que expus minhas ideias.

Dito isto, me ateei aos demais pontos apresentados pelo ex-Controlador. Sobre a afirmação de inconsistência dos dados de meu artigo:

a) O ex-Controlador nega que haja qualquer estagnação da receita tributária do município, alegando um crescimento acima do IPCA-E. Contudo, considerando estagnação um nível de crescimento abaixo do nível de crescimento potencial¹, pode-se afirmar sim que a receita tributária do município se encontra estagnada. Aos dados²: no período de 2000 a 2006³ essa taxa, em relação ao município do Rio de Janeiro (MRJ), cresceu em média 2,6% (ano/ano) e 25% (base 100 = 2000). Esses valores em comparação com os outros entes de federação foram, respectivamente, 6,3% e 103,5% para a União; 5,6% e 38,4% para os estados; 5% e 30% para os municípios; e, 6% e 42% a média de todos os entes. Portanto, a taxa de crescimento da receita do município encontra-se abaixo das taxas dos demais entes da federação, em média.

b) Utilizei o indicador “dívida consolidada total” intencionalmente, dado que o indicador “dívida consolidada líquida”, no caso da PCRJ, não

expressa uma realidade. Como exposto no artigo, a situação de Caixa da PCRJ expressa nos relatórios de demonstração da LRF está inflada com recursos que não podem ser usados para quitar boa parte das dívidas da PCRJ, já que são vinculados a gastos sociais. Aqui deve-se ressaltar que a realização de grandes *superávits* nesses fundos, em sua maioria sociais, para apontar uma situação de caixa favorável demonstra uma grande irresponsabilidade do Prefeito com a cidade, extremamente carente de serviços públicos.

A crítica do Sr. Lino talvez seja uma tentativa de esconder o tamanho da dívida gerada pelo seu ex-chefe.

c) Os gastos com serviço da dívida estão chegando muito perto do limite do estabelecido pela LRF sim, conforme o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ) vem chamando a atenção, tendo chegado a 10,78% em 2005, 10,72% em 2006 e 10,27% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 2007⁴.

Interessante notar que o Sr. Lino não toca no alarman-te ponto 5 do artigo que afirma claramente que a Prefeitura fez,

durante um bom período, uma administração temerária e irresponsável, permitindo a realização de mais de R\$ 500 milhões de gastos fora do orçamento, ou seja, fora da lei!

Justamente no ponto de sua competência de atuação como controlador – o zelo pelas normas legais da administração financeira e orçamentária. Em audiência pública o senhor ex-Controlador afirmou que existe uma brecha na lei que permite que gastos de urgência sejam realizados e depois legalizados – como, por exemplo, é o caso de um médico sair e comprar na farmácia um medicamento necessário para salvar um paciente da morte que o hospital não tenha na hora. No momento seguinte, esse gasto imprevisto na lei de orçamento, porém de vida ou morte, pode ser legalizado. Concordo com a intenção da brecha, mas dado o alto volume e a constância, foi essa a realidade no Rio?

No caso da PCRJ a maior parte, senão toda, do montante de gastos sem empenho não tem o caráter exposto. É um montante extremamente alto e com certa constância.

Visto que o Sr. Lino se esquivava do tema, como cidadã, pergunto: Por que a Prefeitura fez tamanho montante? Por que esses gastos não são publicados separadamente para que

possamos conferir de quanto se trata? Qual o montante real? Quanto ainda falta legalizar? Que medidas a Controladoria tomou sobre essa ilegalidade? Como é que fica a clareza das informações?

Em relação à dívida ativa, principal tema do artigo, o Sr. Lino afirma que não realiza a provisão de perdas de dívidas, claramente irreais, conforme defendido pelo TCMRJ, por que uma lei o permite que mantenha essa inscrição. Dívidas de 1975, que crescem a cada mês, de terrenos que estão sobrepostos a outros, ou seja, que estão inscritos e que já pagam IPTU, cujas execuções sequer passam pela citação do executado, dada “a inexistência de dados suficientes que permitam uma correta localização do imóvel tributado e de seu proprietário”. Se o próprio Sr. Lino considera que “seria possível redução do seu valor recuperável (impairment)”, uma pergunta então se levanta: o que o ex-Controlador almejava com a inscrição constante de uma dívida relativa a imóveis que sequer podem ser localizados no espaço? Ou que sequer pode ser cobrada? A única evidência disso tudo é que essa forma de gestão da DA vem provocando um aumento irreal desse ativo, importante na manipulação de indicadores econômicos da Prefeitura, para qualquer que seja o seu fim. Mas, por quê? Essa questão o ex-Controlador não esclarece.

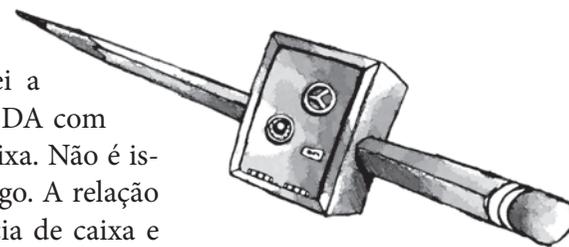
Um esclarecimento importante: o Sr. Lino se confundiu

na leitura e entendeu que relacionei a superavaliação da DA com a suficiência de caixa. Não é isto que está no artigo. A relação é entre a suficiência de caixa e o não uso dos diversos fundos, especialmente do FOE/PGM.

O ex-Controlador ainda afirma que o artigo peca ao tratar da venda do estoque da DA e que o interesse da Prefeitura seria em dispor do fluxo financeiro da DA. A redação do PL 1646/2008 encaminhado à CMRJ pelo Prefeito, contudo, esclarece essa dúvida: “autoriza o Poder Executivo a ceder os direitos **de fluxo, serviço ou o estoque** dos créditos tributários vencidos e não pagos no respectivo vencimento, inscritos ou não em Dívida Ativa, em condições de mercado.”

Mas temos que admitir que não ter chamado a atenção para o fato da cessão do fluxo tributário consiste em um grave erro, já que a dita operação ameaça maiores perdas de recursos do que a evidenciada no artigo. O Prefeito não estaria “vendendo” aos Bancos um simples ativo, e sim estaria, praticamente, quase que transferindo aos Bancos o poder de tributação que só o Estado tem, que consiste não só na principal forma do governo alavancar recursos, como também de intervir na alocação de recursos, e na diminuição das desigualdades sócio-regionais.

Cabe ressaltar que, mesmo sem a autorização legislativa e com um estudo realizado pelo TCMRJ que relaciona



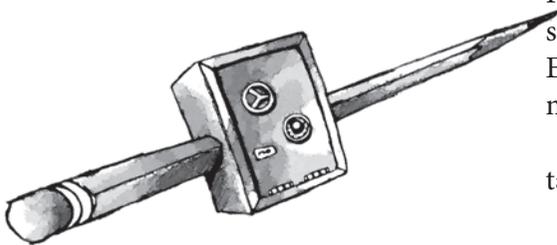
alguns possíveis riscos decorrentes dessa operação (processo 40/5365/2007)⁵, a Prefeitura firmou dois contratos para a viabilização desse processo de securitização, com a Efisa de R\$ 2,5 milhões e com o *Deutsche Bank Securities INC* de R\$ 6,4 milhões.

Com os péssimos indicadores sobre a DA, graças à má gestão da mesma (os indicadores encontram-se no artigo original), a tendência será a cobrança de elevados ágios, ou seja, de grandes perdas de recursos que a própria Prefeitura pode cobrar, já que tem corpo técnico para tanto, assim como recursos para a sua agilidade.

Acredito ainda que o debate seria de melhor proveito para os cidadãos se o ex-Controlador explicitasse, claramente, sua posição no que diz respeito a tal operação. O que seria também uma forma de respeitar o espaço aberto pelo Jornal dos Economistas.

*Mirelli Malaguti**

*Embora o FPO-RJ trabalhe em equipe o caso em questão não foi uma publicação do mesmo. A autora, a economista Mirelli Malaguti, é consultora do Fórum, mas o artigo é de sua exclusiva responsabilidade. Contudo, fazemos questão de registrar que concordamos com as preocupações do artigo e com a tréplica. Ruth – Conselheira do Corecon e coordenadora do FPO.



1 SANDRONI, P. Novo Dicionário de Economia. Editora Best Seller, 1994, p.128.

2 Os dados foram retirados da Receita Federal do Brasil (www.receita.fazenda.gov.br), corrigidos pelo IPCA-E, considerando as receitas tributárias próprias excluindo-se a receita previdenciária. Para o município do Rio de Janeiro os dados foram retirados das Prestações de Contas Anuais (www.rio.rj.gov.br/cgm), elaboração da autora.

3 O período vai até o ano de 2006, não incluindo 2007, devido ao fato de que a RFB ainda não divulgou os dados de arrecadação de Estados e Municípios em relação ao ano de 2007.

4 Dados retirados dos Pareceres Prévios do TCMRJ.

5 Suscitação de realização de Inspeção Extraordinária na Secretaria Municipal de Fazenda. Processo em tramitação no TCMRJ.

Sonho
realizado em
1 minuto?

Crédito minuto

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

Educai as crianças, para que não seja necessário punir os adultos

Pitágoras

Município do Rio de Janeiro

Em fevereiro, os cerca de 730 mil alunos da rede Municipal de Ensino voltam às aulas, fazendo emergir a preocupação com a qualidade e eficiência do sistema público de ensino.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em uma escala de 0 a 10, no ano de 2007 foi de 4,5 para o Município do Rio e 4,4 para Niterói sendo as metas estabelecidas para o ano de 2021 de 6,4 e 6,1 respectivamente.

Apesar do município possuir a maior rede de escolas municipais do Brasil, a Prefeitura vem encontrando dificuldades para cumprir o mínimo constitucional de 25% de aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Segundo o Tribunal de Contas carioca (TCM) a Prefeitura não contabiliza corretamente os valores incidentes em Ensino (MDE). As principais diferenças são:

- Inclusão de despesas estranhas ao ensino realizadas pela Secretária de Esporte e Lazer e pela Funlar¹;
- Não computação das receitas oriundas de impostos com multas, moras e juros no cálculo;
- Considerar despesas a pagar que são canceladas nos exercícios posteriores.

A tabela 1 demonstra o percentual apresentado pela Prefeitura, o calculado pelo TCM, o percentual efetivo considerando os cancelamentos de restos a pagar realizados (até 2007), e o valor não aplicado.

Dessa maneira, o TCM aponta que em 2004 após a correção de todos os aspectos supracitados, o limite mínimo não foi cumprido. O mesmo fato ocorre em 2007, quando a insuficiência atingiu mais de R\$ 20 milhões.

Porém em 2007 a questão foi mais grave, pois o inconstitucional 24,68% foi calculado a partir de uma “tolerância” do TCM em relação ao uso das verbas do FUNDEB². A rigor cerca de R\$ 600 milhões deixaram de ser deduzidos das despesas. Com essa dedução o limite real seria apenas de 16% (os pormenores desse cálculo estão disponíveis em www.fporj.blogspot.com.br).

A recomendação do TCM previu um prazo de adaptação para a contabilização correta dos recursos do FUNDEB, escalonados da seguinte forma:

- 1) 25% em 2008;
- 2) 50% em 2009;
- 3) 75% em 2010;
- 4) voltando a regularidade em 2011, com 100% do ganho deduzido do cálculo.

Entretanto, os dados de novembro de 2008 apontam que dificilmente a recomendação foi seguida, pois neste mês o limite estaria abaixo do mínimo constitucional em R\$ 90,4 milhões de reais. Dessa forma, o Município teria somente o mês de dezembro para compensar essa defasagem e adicionar os R\$20 milhões não aplicados em 2007, para que assim o limite mínimo seja cumprido em 2008, como apresentado na tabela 2.

Segundo o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo “O não-atendimento aos mínimos da Educação tem sido o princi-

TABELA 1

Limites MDE - MRJ

Ano	% Prefeitura	% TCMRJ	% efetivo	Valor não aplicado
2004	25,76%	25,03%	24,98%	R\$ 749.649,49
2005	26,10%	25,28%	25,10%	-
2006	25,41%	25,19%	25,10%	-
2007	27,27%	24,68%	24,68%	R\$ 20.143.594,29

pal motivo para a negação das contas dos prefeitos”. Dessa forma, não basta que o TCM-RJ apenas recomende ajustes nas contas. Se os limites constitucionais não estão sendo cumpridos, é preciso que as contas recebam um parecer contrário do TCM para serem rejeitadas no parlamento. Somente assim se poderá punir os responsáveis pelo descumprimento constitucional e que a educação receba os recursos devidos.

Município de Niterói

No município de Niterói, a função educação mostra uma tendência de expansão. Até outubro de 2008, haviam sido gastos mais de R\$124 milhões com a função. Estimamos, baseado no percentual tradicionalmente gasto no período, que seria executado quase R\$174 milhões com a função, 20% do total estimado da mesma forma. Para 2009, encontramos

uma previsão superior a R\$160 milhões para educação, um aumento de 30% na previsão, se comparado a 2008.

Apesar das boas expectativas de aumento de gastos com educação, a população deve ficar de olho na distribuição destes gastos para garantir que eles sejam efetivamente dirigidos à MDE, proporcionando elevação na qualidade da educação niteroiense, pois o Rio, sem aplicar o mínimo constitucional, permanece com indicador de qualidade melhor (IDEB). Além do mais, sabendo que 2009 é um ano de mudança na governança do município, cabe avaliarmos se tais tendências serão mantidas ou se uma nova ordenação de preferências acompanhará o novo prefeito. 

1 Fundação Municipal Lar Escola Francisco de Paula

2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

NOTA: por falta de espaço, excepcionalmente não apresentaremos os dados do Estado do Rio de Janeiro.

TABELA 2

	CGM	FPORJ	Diferença para obtenção do mínimo (25%)
Total das Receitas	6.098.873.887	6.098.873.887	
Total das Despesas	1.582.983.705	1.582.983.705	
Ajustes nas Despesas (-)		-148.712.776	
% MDE	25,96%	23,52%	90.447.543

* cálculo realizado pelo FPO-RJ levando em conta as recomendações feitas pelo TCMRJ

Conselho Federal eleva idade para concessão de Registro Remido

■ O Conselho Federal de Economia, através da Consolidação Profissional do Economista, Capítulo 6.1.1.1, item 7, alterou uma das exigências para o Registro Remido, conforme publicação no Diário Oficial de 9 de janeiro de 2009. A mudança está na idade mínima que subiu de 65/60 para 70/65 anos: “para o economista do sexo masculino que conte com idade superior a 70 (setenta) anos e a economista do sexo feminino que conte com idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos”.

Cumpra esclarecer que os conselheiros federais representantes dos economistas do Rio de Janeiro se posicionaram de forma contrária à aprovação desta referida decisão.

O Registro Remido desobriga o profissional do pagamento de anuidades futuras e é concedido pelo plenário dos Conselhos Regionais de Economia ao economista interessado, mediante requerimento.

Podem desfrutar deste benefício o profissional que estiver adimplente com suas anuidades e desde que seja ou tenha sido detentor de registro em um ou mais Conselhos Regionais de Economia, por no mínimo 15 anos, consecutivos ou alternados. Em casos de anuidades em atraso, estas podem ser parceladas, de acordo com as possibilidades do interessado, na forma da legislação em vigor.

O Corecon-RJ se coloca à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários, na sede do Conselho na Av. Rio Branco, 109/19º andar, Centro/RJ, na Secretaria de Registro, no horário das 10h às 17h, ou pelo correio eletrônico registro@corecon-rj.org.br, ou ainda através dos telefones (21) 2103-0113, 2103-0115, 2103-0130 ou 2103-0131 e fax 2103-0106.

Fonte para consulta na internet: <http://www.cofecon.org.br/dmdocuments/6.1.1.1.pdf> 

Agenda de cursos

• ECONOMIA PARA CONCURSOS: TEORIA E EXERCÍCIOS

3 de março a 20 de outubro – terças-feiras, das 18h45 às 21h30

• AVALIAÇÃO DE NEGÓCIOS E TOMADA DE DECISÃO: MODELOS EM EXCEL

6 de março a 10 de julho – sextas-feiras, das 18h45 às 21h30

• PERÍCIA

7 de março a 25 de julho – sábados, das 9h às 13h

• MATEMÁTICA FINANCEIRA: APLICAÇÕES

12 de março a 21 de maio – quintas-feiras, de 18h30 as 21h15

Informações e inscrições no site <http://www.economistas.org.br> e pelos telefones da Secretaria de Cursos: 2103-0119 e 2103-0118

Errata

Diogo Machado e Glaudiane Almeida, alunos do curso preparatório do Corecon-RJ para o exame da Anpec, foram aceitos pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Na página 16 da edição de janeiro de 2009 do *JE*, erramos nas legendas das fotos de Diogo e Glaudiane.



Diogo Machado



Glaudiane Almeida

Especialização em Mercado Financeiro

Pós-Graduação Lato Sensu

Seu currículo em destaque

Um amplo programa de desenvolvimento de aptidões técnicas e comportamentais.

- ↳ Ênfase em aulas práticas
- ↳ Conceitos como ética e negociação aliados à prática operacional
- ↳ Palestras com especialistas convidados do mercado financeiro
- ↳ Curso credenciado pelo Ministério da Educação

Descontos Especiais para economistas registrados no CORECON



Informações e reservas:
(21) 3814-3973 - Anderson
www.andima.com.br/educacao/especializacao

Estratégia de Negócios na PUC-Rio.

Curso de Pós-graduação

Business Intelligence Master - Bi Master

O curso aborda a teoria, a construção e a aplicação de métodos inteligentes de apoio à decisão em diversas áreas de negócios: Tecnologia da Informação, Petróleo, Economia e Finanças, Indústria e Comércio, Energia, Direito, Educação, Marketing, Meio Ambiente e Medicina e Biologia.

Cursos de Extensão

Gestão de Processos de Negócios
Oficina de Planos de Negócios
Negociações Empresariais
Excel Avançado
Análise da Conjuntura e Elaboração de Cenários Políticos

Informações www.cce.puc-rio.br
0800 970 9556

Benefício especial para economistas vinculados ao CORECON-RJ.

